

Sumário

Prefácio	XV
-----------------------	-----------

Parte I

Direito, Moral e Justiça

1. O conceito de direito	3
1.1. O direito como meio de controle social.....	3
1.2. O caráter coercitivo do direito.....	4
1.3. As correntes jusfilosóficas e os critérios de identificação e validade do direito.....	6
1.4. O elemento moral	10
2. Direito e moral	11
2.1. Conceito de moral.....	11
2.2. Fundamentos da moral.....	12
2.3. Correntes da filosofia moral.....	15
2.4. Relações entre o direito e a moral	17
2.4.1. A questão da conexão conceitual.....	17
2.4.2. Conexão histórica ou contingencial.....	20
2.5. Distinções entre o direito e a moral.....	22
2.6. Teorias dos círculos.....	23
2.7. Direito, moral e liberdade individual.....	25
3. Direito e Justiça	27
3.1. Conceito de justiça (sentido lato, estrito, divergências sobre o conteúdo do conceito).....	27
3.2. A justiça e sua relação com o direito.....	35
3.3. Justiça e aplicação do direito.....	39
3.4. A equidade.....	42

Parte II
Correntes da Filosofia do Direito

1. O jusnaturalismo	47
1.1. Definição. Características gerais.....	47
1.2. Principais autores	50
1.3. Tese da conexão ou vinculação entre direito e moral.....	53
1.4. A questão das leis injustas e a fórmula de <i>Radbruch</i>	57
1.5. Fundamentos epistemológicos	60
2. O positivismo jurídico.....	65
2.1. Definição. Características gerais	65
2.2. Evolução histórica	67
2.3. Principais autores	69
2.4. Principais teses do positivismo jurídico.....	72
2.4.1. A tese do fato social ou das fontes sociais do direito (<i>social thesis</i>)	72
2.4.2. A tese da separação entre direito e moral (<i>separation thesis</i>).....	73
2.5. Outras questões relevantes.....	75
2.5.1. A questão da norma fundamental	75
2.5.2. O dever de obediência	78
2.5.3. A questão dos princípios.....	80
2.5.4. O argumento da democracia.....	80
2.6. Positivismo inclusivo, exclusivo e normativo.....	82
2.6.1. Positivismo inclusivo	82
2.6.2. Positivismo exclusivo	82
2.6.3. Positivismo ético ou normativo	83
2.7. Fundamentos epistemológicos.....	84
2.7.1. Postulados relativos ao conhecimento ético	84

2.7.2. Postulados relativos ao conhecimento do próprio direito. A questão da “ <i>neutralidade científica</i> ”	86
2.7.3. O enfoque descritivo do positivismo jurídico é possível? É suficiente?.....	87
3. O realismo e o pragmatismo jurídicos	91
3.1. Definição. Características gerais.....	91
3.2. Realismo jurídico como descrição do direito.....	92
3.3. Realismo como proposta normativa	93
3.4. Fundamentos filosóficos e epistemológicos	95
4. Neoconstitucionalismo – Dworkin – Alexy.....	97
4.1. O neoconstitucionalismo.....	97
4.2. Ronald Dworkin	100
4.2.1. Os princípios de moralidade política integram o direito.....	100
4.2.2. A tese da “única resposta correta” (<i>one-right-answer thesis</i>).....	102
4.3. Robert Alexy.....	105
4.4. Avaliação crítica do neoconstitucionalismo.....	109

Parte III

A Interpretação do Direito

1. Interpretação e hermenêutica. Conceito e relação com a Filosofia do Direito	117
1.1. Conceito	117
1.2. A relação da interpretação com as correntes jusfilosóficas	118
2. Classificação e métodos de interpretação	123
2.1. Interpretação autêntica e doutrinal.....	123
2.2. Métodos de interpretação.	124
2.3. Classificação quanto ao alcance da interpretação.....	127

3. A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo	129
3.1. O método de interpretação pela lógica do razoável	130
3.2. Teorias modernas da argumentação jurídica	133
4. Teoria do ordenamento jurídico. Integração do direito	137
Apêndice	141
Limites do direito diante da autonomia moral do indivíduo: os riscos do máximo ético	143
Bibliografia.....	171